

**HABEAS CORPUS Nº 492.527 - SP (2019/0037439-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : EDUARDO DE VILHENA TOLEDO E OUTROS  
**ADVOGADOS** : EDUARDO DE VILHENA TOLEDO - DF011830  
LUIZ FLAVIO BORGES D'URSO - SP069991  
ROGÉRIO LUIS ADOLFO CURY - SP186605  
DANIELA MARINHO SCABBIA CURY - SP238821  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : MARCO AURELIO GARCIA

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **Marco Aurelio Garcia**, em que se impugna o acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo na Apelação n. 0032270-05.2015.8.26.0050.

Segundo os autos, o paciente foi condenado (fls. 88/118), ao lado de outros corréus, às penas de 10 anos de reclusão, em regime inicial fechado, e 33 dias-multa, no valor de 1 salário mínimo cada, pela prática do delito previsto no art. 1º, V, da Lei n. 9.631/1998 (11 vezes). Foi deferido aos acusados o direito de recorrer em liberdade (fl. 115).

Contra essa sentença penal condenatória, tanto as defesas dos apenados quanto o Ministério Público estadual interpuseram o recurso de apelação, o qual foi julgado no dia 27/11/2018 (fls. 264/316). Em relação ao paciente, suas penas foram aumentadas para 16 anos de reclusão, em regime fechado, e 53 dias-multa, mantendo-se o valor de 1 salário mínimo cada.

Após, **Marco Aurelio** e os demais apenados opuseram embargos de declaração, os quais foram parcialmente acolhidos, porém, sem nenhum efeito modificativo (fls. 317/329). Além disso, foi determinada a imediata expedição de mandado de prisão contra ele e os demais réus que foram condenados em regime inicial fechado.

Aqui, os impetrantes sustentam que o paciente: a) *teve sua condenação em primeiro grau proferida por juízo manifestamente*

*incompetente, mediante gravíssima violação do princípio do Juiz natural; b) teve a pena privativa de liberdade majorada, em segundo grau, por força de Recurso intempestivo de Apelação do Ministério Público, indevidamente acolhido; e c) foi submetido a elevada pena privativa de liberdade à míngua de fundamentação (fl. 4).*

*Assim, requerem seja concedida, liminarmente, a ordem de habeas corpus, para o fim de que sejam suspensos os efeitos da decisão que decretou a execução provisória do Paciente, em virtude da incompetência do juízo de primeiro grau, da intempestividade do recurso de apelação do Ministério Público e da violação dos princípios da fundamentação e da individualização das penas, com a conseqüente expedição de contramandado de prisão até julgamento do v. acórdão, ou do julgamento do mérito da presente ordem de habeas corpus (fl. 57).*

No dia 13/2/2019, o advogado Luiz Flávio Borges D'Urso juntou aos autos os protocolos de interposição, na origem, de recurso especial (fl. 396) e extraordinário (fl. 398).

Os autos foram distribuídos a mim por prevenção do HC n. 481.772/SP.

É o relatório.

A partir de uma breve leitura das peças que instruem este *mandamus*, verifico estarem presentes os requisitos necessários para a concessão da tutela de urgência pleiteada no tocante à necessidade de suspensão do cumprimento do mandado de prisão.

Inicialmente, ressalto que as questões referentes às nulidades decorrentes da suposta violação do princípio do juiz natural e de uma eventual intempestividade do recurso de apelação ministerial demandam um exame mais aprofundado dos autos, o que é inviável neste juízo de cognição sumária.

Contudo, quanto ao ponto pertinente à manutenção da pena-base dosada pelo Juízo sentenciante, após uma análise sumária da fundamentação exarada no acórdão impugnado, entendo existir o *fumus boni iuris*. Por sua vez, o *periculum in mora* decorre do fato de o paciente ter permanecido em liberdade durante todo o curso da ação penal na origem, tendo sido determinada a sua prisão apenas por oportunidade do julgamento do recurso de apelação e dos respectivos embargos de declaração.

Ante o exposto, **defiro** a medida liminar para suspender a execução provisória da pena de **Marco Aurelio Garcia**, relativa ao Processo n. 0032270-05.2015.8.26.0050, da 25ª Vara Criminal da comarca de São Paulo/SP, até o julgamento do mérito do presente *habeas corpus*.

Solicitem-se informações detalhadas ao Tribunal de Justiça de São Paulo, sobretudo a respeito do recurso especial interposto pelo paciente, devendo a autoridade esclarecer, em até 10 dias, se já houve o respectivo juízo de admissibilidade.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator